



# PL 2.338/23

## IA no Setor Público

Audiência Pública Câmara - 16/09/25

Ministério da Gestão e Inovação no Setor Público

**Renan Gaya - Diretor**

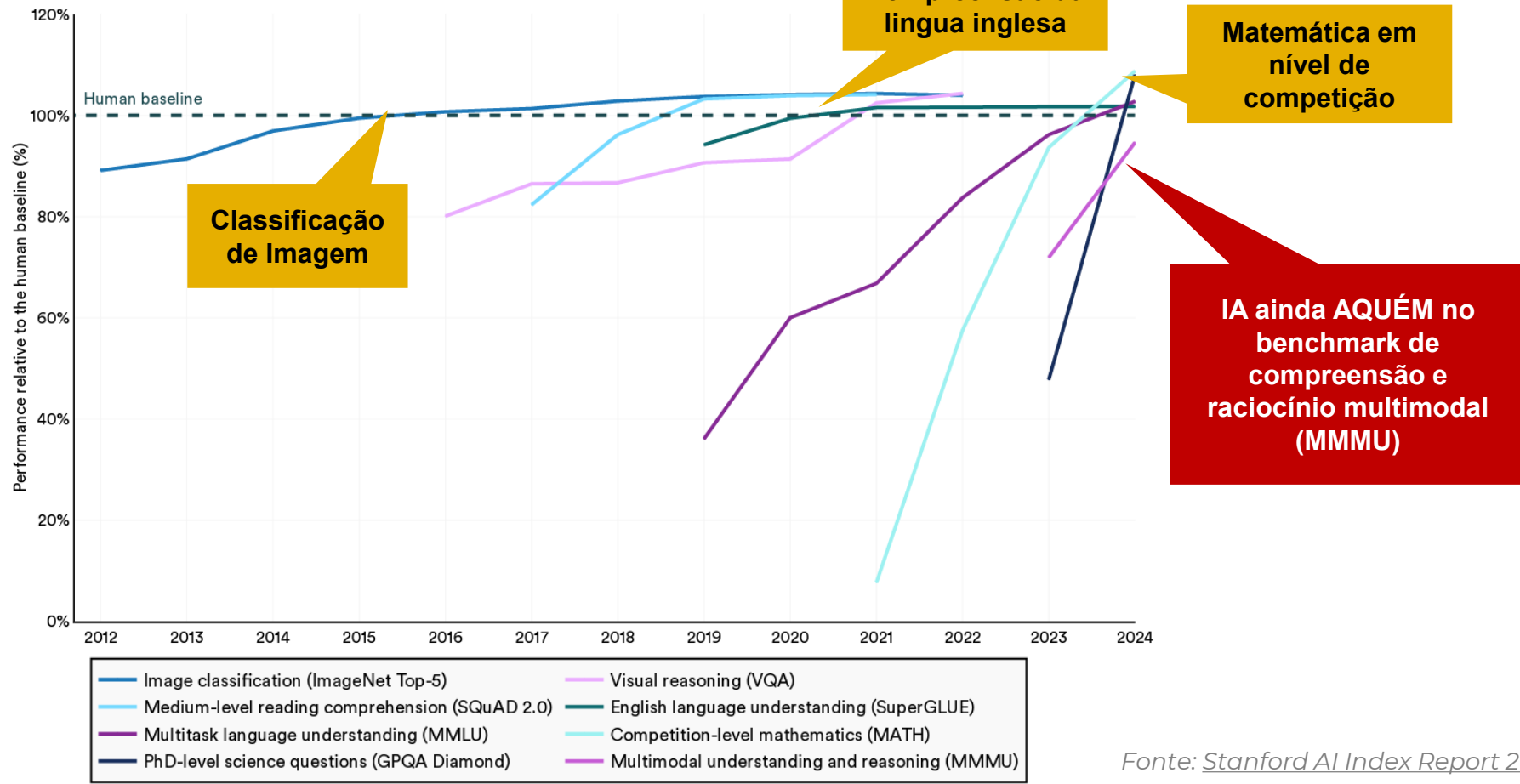
gov.br

MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNião e Reconstrução

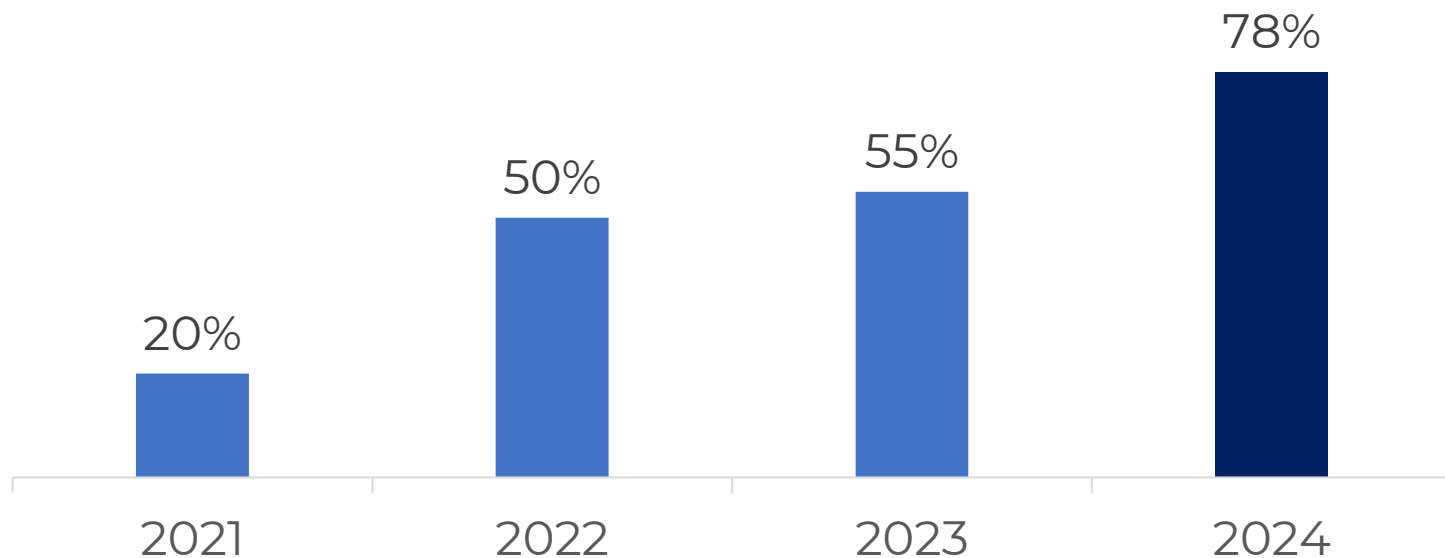
# Rápido Avanço da Tecnologia de IA

Tem superado os humanos em diversas categorias



# Rápida adoção da IA

Adoção da IA no Mundo



# Mercado concentrado

Publicação de Modelos Notáveis de IA por país em **2024** [machine learning]

## 2024

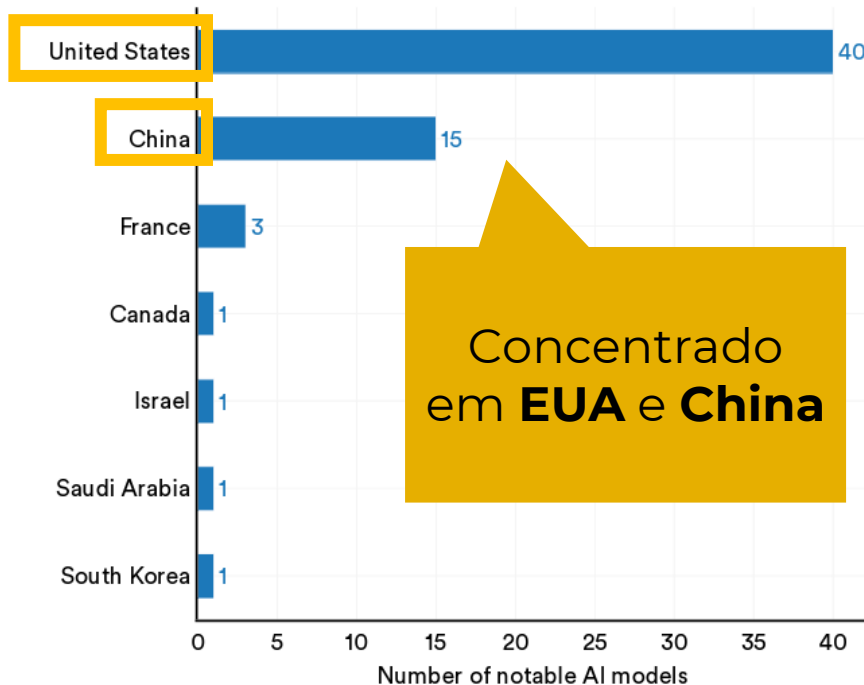


Figure 1.3.1<sup>17</sup>

## 2003 a 2024

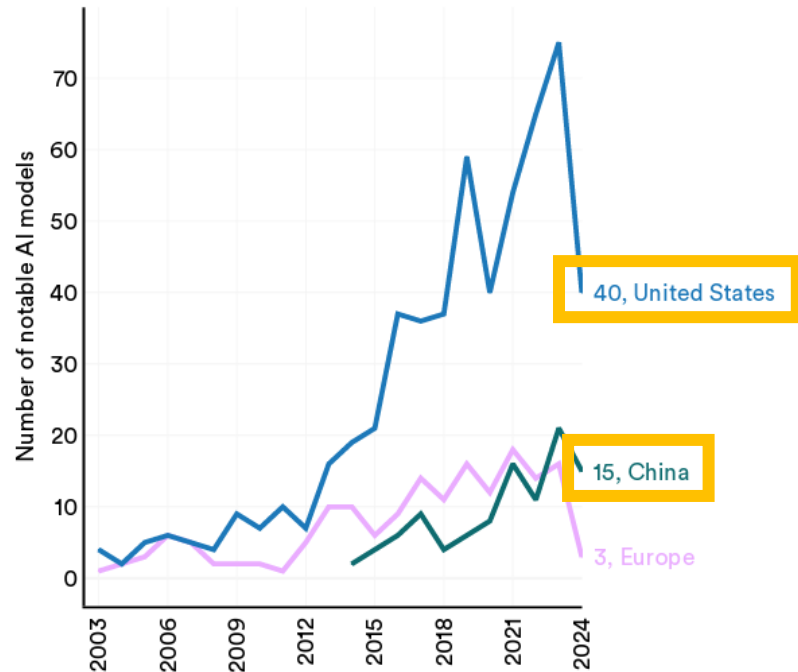
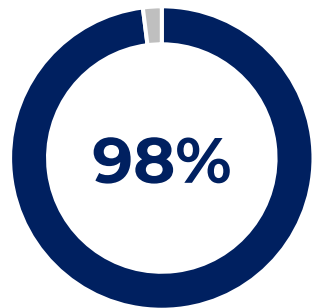


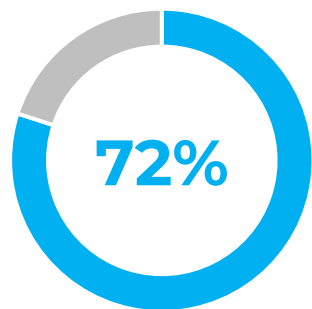
Figure 1.3.2

# Dificuldades na adoção da IA

Uso da IA Generativa pelos Empregados em 2024



**dos empregado demonstram interesse de usar ferramentas de IA**



**enfrentam dificuldade no uso das ferramentas de IA no seu dia-a-dia**

# Dificuldades na adoção da IA

Dificuldade de estimar os custos dos projetos de IA

**500% a 1.000%**

erros na estimativa de custo em IA

**Gartner®**

# Dificuldades na adoção da IA

Dificuldade de concluir projetos de IA

52%

dos projetos de IA **falham**

Gartner®

# Riscos no uso da IA

Pelo natureza **probabilística** da tecnologia



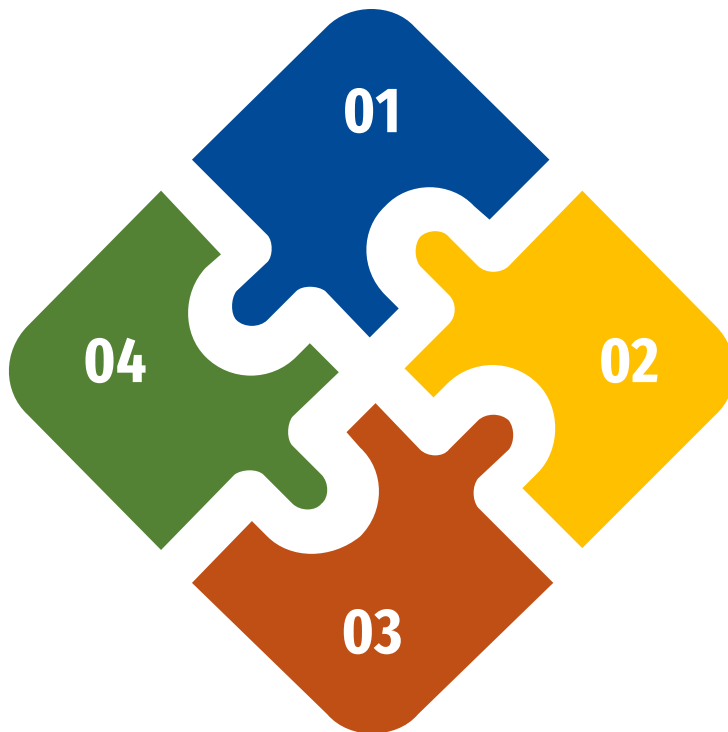
## Riscos de Vieses e Discriminação

- Vieses e discriminação
- Falta de transparência
- Autonomia sem supervisão humana adequada



## Riscos Sociais e Reputacionais

- Perda de confiança pública
- Impactos negativos em grupos vulneráveis
- Desinformação e manipulação de conteúdo



## Riscos Técnicos e de Segurança

- Vulnerabilidade
- Falhas técnicas e alucinações
- Dependência tecnológica e lock-in



## Riscos Legais e Regulatórios

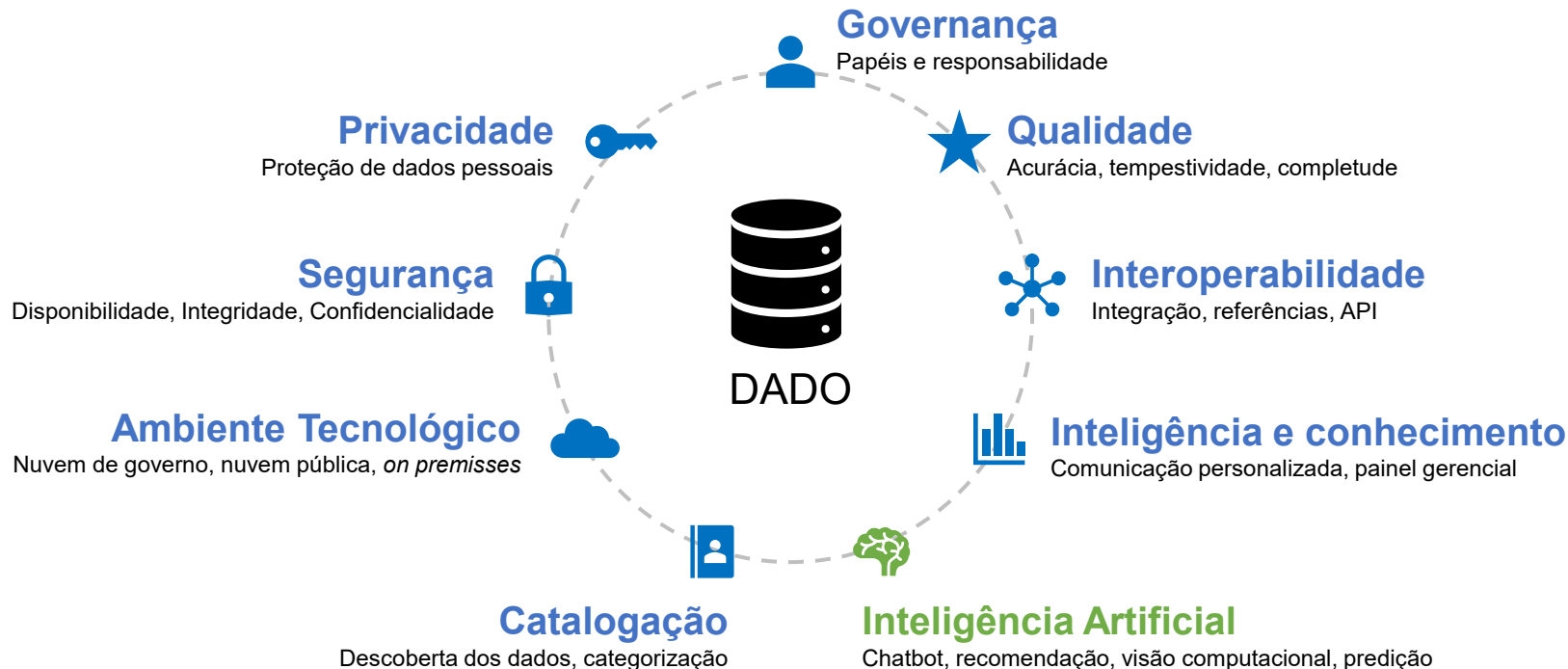
- Violações à LGPD e direitos fundamentais
- Responsabilização por danos causados
- Inconformidade com normas emergentes



# **IA no Setor Público**

# Infraestrutura Nacional de Dados

Programa do Governo Federal para impulsionar o uso estratégico dos dados, de maneira responsável



# Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024



Infraestrutura e desenvolvimento de IA



Difusão, formação e capacitação



IA para melhoria dos serviços públicos



IA para inovação empresarial



Apoio ao processo regulatório e de governança da IA

**IA para o bem de todos**

**Plano Brasileiro de Inteligência Artificial**

# Núcleo de IA do Governo Federal

Coordenado pelo MGI e desenvolvido por meio de **Parcerias**

## Soluções de IA

## Plataforma

## Estruturantes

### Prospecção, Estruturação

### Experimentação

### Plataformas

### Capacitação

### Ética

### Observatório

25 projetos em 10  
áreas até 2026

Captura de ideia,  
Priorização,  
Enquadramento  
do Problema,  
Definição de  
Provedor

25 projetos até  
2026

Experimentos  
com algoritmos  
para avaliar a  
viabilidade e o  
impacto das  
soluções

Disponibilizar  
Plataforma de  
uso Comum até  
2026

Ambiente para  
desenvolvimento  
e produção de  
soluções no  
Governo Federal

Capacitar 115 mil  
servidores até  
2026

Executivo, tático  
e operacional  
Cursos e Eventos

Guias  
Orientativos

Framework de  
Autoavaliação de  
Impacto Ético

Levantamento  
anual sobre  
adoção de IA no  
Governo Federal

Parceria com o  
OBIA



**gov.br/ind**

# Grande quantidade de usuários

No setor público

**40 mi**

Imposto de Renda

**86 mi**

Condutores

**90 mi**

CadÚnico

**140 mi**

Eleitores

**176 mi**

PIX

**170 mi**

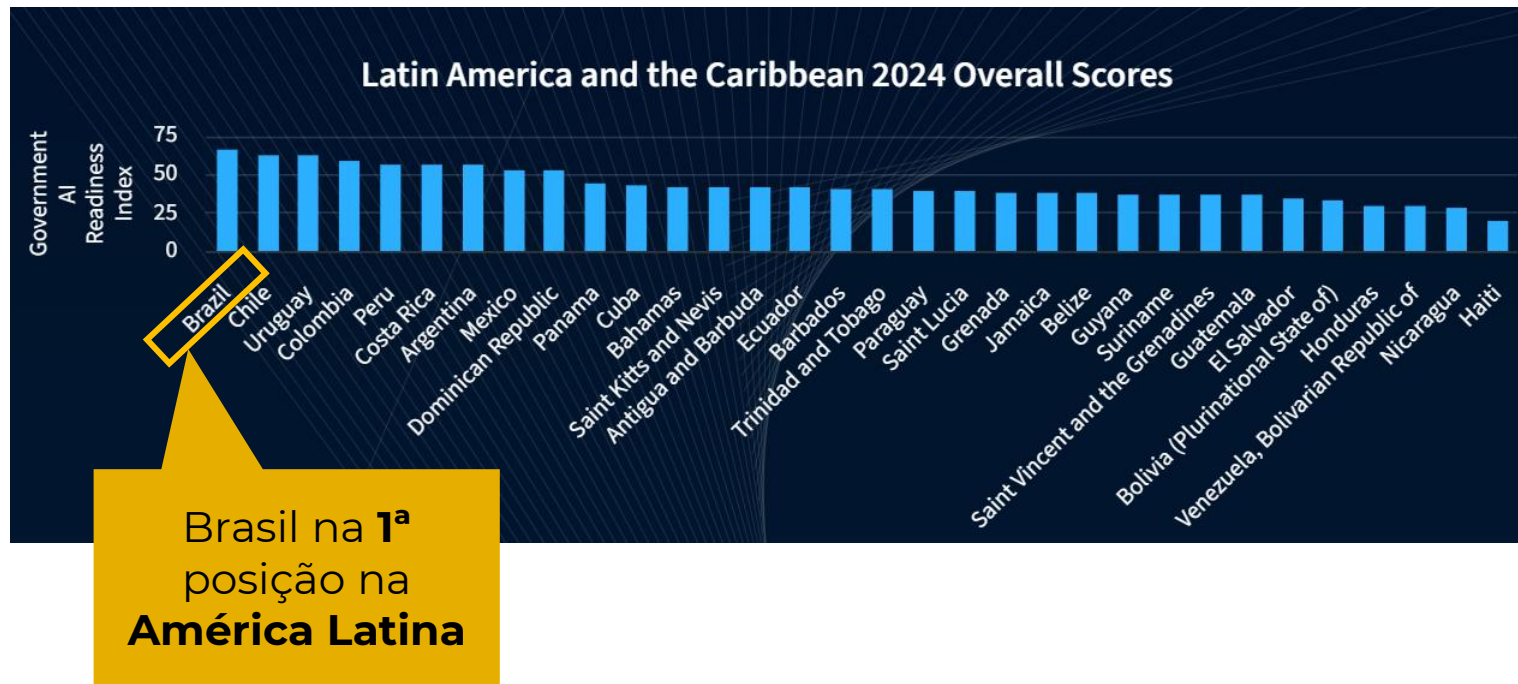
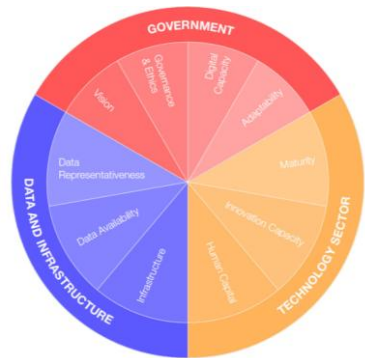
gov.br



# Brasil é líder na américa latina

Prontidão para adoção da IA no **GOVERNO**

Índice de  
prepação  
para IA em  
**Governo** da  
Oxford  
Insight (2024)



# Mas precisa avançar no uso da tecnologia

Prontidão para adoção da IA em **GOVERNO**

Brasil na  
**36<sup>a</sup>**  
posição mundial



Fonte: Oxford Insight (2024)



# Adoção de IA no Executivo Federal

Autodiagnóstico SISP 2024

42

órgãos com soluções  
de IA em operação

8

órgão já  
estabeleceram  
diretriz ou política de  
ética

# Diversidade de atores no setor público

TIC Governo Eletrônico 2023

Prefeituras  
**até 10 mil**  
habitantes

**92%**

disponibiliza serviços  
digitais

**31%**

responsável por  
proteção de dados  
pessoais (LGPD)

**26%**

plano de segurança  
da informação

Prefeituras  
**> 500 mil**  
habitantes

**100%**

disponibiliza serviços  
digitais

**82%**

responsável por  
proteção de dados  
pessoais (LGPD)

**71%**

plano de segurança  
da informação

# **Regulação da IA**

# Inteligência Regulatória

## Considera

Os **riscos** associados pela natureza da tecnologia

O rápido **avanço** e **adoção** da tecnologia  
A diversidade de **porte** de atores afetados

As **dificuldades** de adoção da tecnologia

A **concentração do mercado** nos EUA e China

A diversidade de **setores** afetados

## Regula

**Princípios e Direitos** Básicos  
**Peso** regulatório quando o risco é **alto**

Possibilidade de **flexibilização** para atores específicos (startups, pequenas empresas e prefeituras)

**Alívio** regulatório em baixo risco

O fomento à **soberania** e à redução da dependência externa

Regulação **descentralizada** em setores específicos

MGI reconhece os **avanços** realizados no **PL 2.338/23**  
E traz **sugestões de melhoria**

# Avaliação Preliminar de Risco [art. 12]



## Atual

- “Poderá”
- “Boa prática”

## Proposta MGI

- “Deverá”
- Simplificada
- Metodologia em 2 anos

Medidas de governança em todo o **ciclo de vida** (desde a concepção)

# Avaliação Preliminar de Risco [art. 12]

## Atual:

Art. 12. Antes de sua introdução e circulação no mercado, emprego ou utilização, o agente de IA **poderá realizar avaliação preliminar** para determinar o grau de risco do sistema, baseando-se nos critérios revistos neste Capítulo, de acordo com o estado da arte do desenvolvimento tecnológico.

§ 1º A realização da avaliação preliminar será considerada como medida de **boa prática** e poderá resultar em benefícios para o agente de IA para fins do disposto no art. 50, § 1º, podendo, inclusive, receber tratamento prioritário em procedimentos para avaliação de conformidade, nos termos do art. 34, ambos desta Lei.

## Proposta:

Art. 12. Antes de sua introdução e circulação no mercado, emprego ou utilização, o agente de IA **deverá** realizar avaliação preliminar para determinar o grau de risco do sistema, baseando-se nos critérios previstos neste Capítulo, de acordo com o estado da arte do desenvolvimento tecnológico.

§ 1º A avaliação preliminar constitui requisito obrigatório e essencial para a definição do grau de risco do sistema e para a aplicação proporcional das obrigações previstas nesta Lei.

Disposição Transitória (ou §º...): A autoridade competente deverá estabelecer a **metodologia simplificada** oficial para a avaliação preliminar de risco **no prazo máximo de 2 (dois) anos**, contados da publicação desta Lei, assegurando que esse procedimento esteja plenamente regulamentado antes de sua entrada em vigor.

# Classificação de alto risco em serviços públicos essenciais [art. 14, IV]

avaliação de **critérios**

acesso, elegibilidade, concessão, revisão,  
redução ou revogação

serviços privados e públicos que sejam  
considerados **essenciais**

quando o sistema de IA  
atue com **alto grau de  
autonomia**

Serviços essenciais sejam  
definidos em  
**regulamento**



# Classificação de alto risco em serviços públicos essenciais [art. 14, IV]

## Atual

“Art. 14. Considera-se de alto risco [...]:

IV – **avaliação de critérios** de acesso, elegibilidade, concessão, revisão, redução ou revogação de **serviços privados e públicos** que sejam **considerados essenciais**, incluindo sistemas utilizados para avaliar a elegibilidade de pessoas naturais quanto a prestações de serviços públicos de assistência e de seguridade;”

## Proposta:

Art. 14. Considera-se de alto risco [...]:

IV – avaliação de critérios de acesso, elegibilidade, concessão, revisão, redução ou revogação de benefícios ou serviços privados e públicos essenciais, **quando o sistema de IA atue com alto grau de autonomia e seja o fator determinante para a decisão final que possa restringir o exercício de direitos**

**§Xº Para os fins do inciso IV, consideram-se serviços essenciais aqueles definidos em legislação específica ou em regulamento a ser editado pela autoridade competente, ouvidas as autoridades setoriais.**

# Explicação e supervisão humana [art. 23, II]

direito à **explicação** e  
à **revisão humanas**

decisões de IA

gerem efeitos jurídicos  
relevantes

**Explicação**, quando IA influenciar a  
decisão de um **humano**

**Revisão humana**, quando decisão  
**automatizada**

# Explicação e supervisão humana [art. 23, II]

## Atual:

Art. 23. Adicionalmente às medidas de governança [...] todos os entes da Administração Pública direta e indireta, ao desenvolver ou utilizar sistemas de IA de alto risco, adotarão as seguintes medidas:

II – garantia facilitada e efetiva ao cidadão, perante o poder público, **de direito à explicação e à revisão humanas** de decisão por sistemas de IA que gerem efeitos jurídicos relevantes ou que impactem significativamente os interesses do afetado, a ser promovida pelo agente público competente;

## Proposta:

Art. 23.

II - garantia ao cidadão de explicação e de revisão de decisões tomadas por sistemas de IA, observados os seguintes parâmetros:

a) para decisões tomadas de forma **inteiramente automatizada** e que produzam efeitos jurídicos relevantes, deve ser assegurado o direito a uma **revisão humana efetiva**, a ser realizada por agente público competente, cujos meios para solicitação devem ser claros, acessíveis e gratuitos;

b) para decisões em que o sistema de IA é utilizado como **ferramenta de apoio** a um agente público, a **explicação** deve abranger os critérios e o funcionamento geral do sistema que contribuíram para a formação da **decisão final do agente**.

# Medidas de governança no Setor Público [art. 23]

Descontinuar sistema de IA  
caso quando da  
impossibilidade de  
eliminação ou mitigação  
substantiva dos riscos

Sistema de IA  
desenvolvidos antes da Lei  
devem se adequar em  
prazo razoável

Regras aplicáveis a **todos** os setores,  
não somente ao setor público

# Medidas de governança no Setor Público [art. 23]

## Atual:

Art. 23. Adicionalmente às medidas de governança estabelecidas neste Capítulo, todos os entes da Administração Pública direta e indireta, ao desenvolver ou utilizar sistemas de IA de alto risco, adotarão as seguintes medidas:

[...]

§ 2º Na impossibilidade de eliminação ou mitigação substantiva dos riscos associados ao sistema de IA identificados na avaliação de impacto algorítmico prevista na Seção IV deste Capítulo, sua utilização será descontinuada.

[...]

§ 4º Sistemas de IA de alto risco já implementados pelo poder público quando da publicação desta Lei deverão se adequar em prazo razoável, a ser definido pela autoridade competente.

## Proposta:

Que as regras sejam aplicáveis a todos os setores, **não apenas ao setor público.**

# Incentivo à IA Nacional pelo Setor Público [art. 69]

Sistema de IA do Setor Público  
**devem** buscar o estímulo ao  
desenvolvimento de **sistemas**  
**de IA nacionais**

Migrar regra para as diretrizes  
do Setor Público

# Incentivo à IA Nacional pelo Setor Público [art. 69]

## Atual:

Art. 69. Os **sistemas de IA** de entes do poder público **devem** buscar:

VI – estímulo ao desenvolvimento de **sistemas de IA nacionais**, com especial atenção para questões nacionais e nuances culturais, de idioma e de contexto socioeconômico.

## Proposta:

**Art. 59.** A administração pública no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá fomentar a inovação e o desenvolvimento produtivo e tecnológico em IA.

Parágrafo único. As medidas de fomento referidas no caput serão pautadas pelas seguintes diretrizes:

“X” – estímulo ao desenvolvimento de sistemas de IA nacionais, com especial atenção para questões nacionais e nuances culturais, de idioma e de contexto socioeconômico.

# Resumo das sugestões do MGI

Avaliação **preliminar** de risco

- Torná-la **simplicada**
- Torná-la **obrigatória**
- **Metodologia** definida em até 2 anos, antes da lei entrar em vigor

Classificação de **alto risco** em serviços públicos essenciais

- Considerar alto risco quando houver **autonomia** na solução de IA
- Definir em regulamento o que são os **serviços essenciais**

**Explicação** e **supervisão** humana

- **Revisão humana** quando a decisão for **automatizada**
- **Explicação** quando a IA apoiar uma **decisão humana**

Medidas de **governança de IA** no Setor Público

- Propõe-se que as regras **não sejam apenas** para o Setor Público:
- **Descontinuidade** do sistema de IA caso os riscos **não** sejam mitigados
- **Adequação** dos sistemas de IA desenvolvidos **antes da Lei**

Incentivo à **IA Nacional** pelo Setor Público

- **Migrar** o comando normativo para **diretrizes do setor público**



# Obrigado!

**Renan Gaya**

Diretor de Estruturação de Dados para Política Públicas  
Secretaria de Governo Digital  
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

**61 2020 2255**

**<https://www.linkedin.com/in/renangaya/>**